

O sentido histórico da crueldade em Machado de Assis

Roberto Schwarz

A flor da moita, em cujo encanto não entram artifício e linhagem, é uma figura cara às Luzes, ao Romantismo e ao sentimento democrático da vida. A expressão serve de título a um passo capital das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, onde todavia ela traz um segundo sentido, contrário ao primeiro. Designa com desprezo a moça nascida fora do casamento, concebida atrás do arbusto, por assim dizer no matinho. O conflito das acepções resume o teor ideológico do episódio, ao passo que a grosseria do trocadilho anuncia os extremos, em matéria de baixaza, a que a narrativa irá.

Eugênia e Brás vivem um curto idílio campestre, ela filha natural de Dona Eusébia, uma solteirona que freqüentava a casa dos Cubas em condição inferior, ele o moço abastado e família que conhecemos. O episódio se passa na Tijuca, onde o rapaz fora buscar retiro. As circunstâncias, os protagonistas e o obstáculo social fazem esperar uma complicação romântica, a qual desponta, mas é encerrada por um desfecho de outro caráter.

Para receber o rapaz, a moça desveste os enfeites costumados, e aparece sem brincos, broche ou pulseira. É uma solução poética e exigente, ditada pela suscetibilidade. Ao marcar as diferenças materiais, Eugênia corta as fantasias de paridade social e mostra conhecer o seu lugar; entretanto, é claro que o gesto tem mais outro sentido, pois prescindir da quinquilharia externa é também lembrar a igualdade essencial entre os indivíduos e proibir ao moço tratá-la como inferior. São cálculos severos, a que ainda assim não falta um pensamento de sedução: para uma sensibilidade esclare-

cida, o despojamento e a graça natural são ornatos máximos, superiores às circunstâncias de fortuna.

O doutor Cubas, veterano de alguns anos de "romantismo prático e liberalismo teórico" no Velho Continente, não permanece insensível. Aprecia a dignidade da menina, superior ao nascimento irregular e à situação precária, e corre o risco de "amar de veras", quer dizer, de igual para igual, e casar. Ao mesmo tempo sente cócegas de fazer um filho natural à rapariga mal-nascida. Na primeira hipótese, o amor o levaria a superar as prevenções de família e classe, e a reconhecer o direito igual das pessoas (ao menos das pessoas livres). Na segunda, cujo clima abjeto é determinado pelo prévio reconhecimento da dignidade da moça, trata-se de desprezar esta igualdade e gozar as vantagens da própria riqueza e posição, complementares, naturalmente, da pobreza e falta de situação de Eugênia.

Note-se, na vacilação de Brás, o revezamento de respeito e escárnio pela conduta esclarecida. Comentando a reserva de Eugênia, havíamos observado uma alternância correlata, pois a moça tanto aceita a inferioridade de sua situação (que deixa o moço em posição superior), como sustenta, ainda que mais discretamente, a sua absoluta dignidade pessoal (que exige respeito e não exclui o amor e um casamento em sociedade). Assim, entre a conduta de Brás e a situação de Eugênia existe correspondência estrita, e as respectivas dubiedades se engrenam e realimentam como partes de um sistema prático. Esta relação — real e ficcional ao mesmo tempo — implica um jogo de virtualidades objeti-

vas, exploradas por Brás, a quem, reciprocamente, elas conformam o modo de ser. Este por sua vez está formalizado no estilo literário do livro, de que o próprio Brás é narrador: um narrador acintosamente volúvel, empenhado a todo instante em desrespeitar a cronologia, a verossimilhança, a boa-fé do leitor, o decoro do estilo ou, em suma, a regra de convívio nas letras. Eis aí a solidariedade entre observação social, esquema dramático, organização das personagens e padrão — bem como ponto de vista de classe — da prosa.

Forma literária e relação social injusta respondem uma à outra com rigor, fazendo que a exploração de um pólo implique a fixação de dimensões do outro. A discriminação histórica da matéria tratada é um requisito, no caso, da apreciação crítica. Tudo está em diferenciar ao máximo e não dissolver no arquétipo da moça pobre e do moço rico a particularidade sociológica do idílio.

Eugênia aliás não é propriamente pobre. Educada na proximidade da camada proprietária, ela pode até fazer um bom casamento e vir a ser uma senhora. Mas pode também terminar, como termina, pedindo esmola num cortiço. Do que depende o desfecho? Da simpatia de um moço ou de uma família de posses. Noutras palavras, depende de um capricho de classe dominante. Aí o ponto nevrálgico, para quem, como quase todo mundo, tivesse notícia dos Direitos do Homem — ponto agravado ainda pelos termos extremados da alternativa entre senhora e pedinte. Faltando fundamento prático à autonomia do indivíduo sem meios — em consequência da escravidão o mercado de trabalho é incipiente — o valor da pessoa depende do reconhecimento arbitrário (e humilhante, em caso de vaivém) de algum afortunado. Neste sentido, penso não forçar a nota dizendo que Eugênia, entre outras figuras de tipo semelhante, encerra a generalidade da situação do homem livre e pobre no Brasil escravista.

Não sendo proprietários nem escravos, estas personagens não formam entre os elementos básicos da sociedade, que lhes prepara uma situação ideológica desconcertante¹. O seu acesso aos bens da civilização, dada a dimensão marginal do trabalho livre, se efetiva somente através da benevolência eventual e discricionária de indivíduos da classe abonada. Assim, se não alcançam alguma

espécie de proteção, os homens pobres vivem ao deus-dará, sobretudo cortados da esfera material e institucional do mundo contemporâneo. Este, por sua vez, padronizado nos países clássicos da Revolução burguesa, é programaticamente contrário àquela mesma proteção que, no Brasil, é o bilhete de ingresso em seu recinto. Noutras palavras, a participação do homem pobre na cultura moderna dava-se ao preço de uma concessão ideológico-moral de monta, que ele pode elaborar de muitos modos, mas sem lhe escapar.

Não há exagero portanto em afirmar que o favor pessoal, com sua parte inevitável e já então imperdoável de capricho, vem colocado em primeiro plano pela estrutura social do país ela mesma. Foi natural que o emaranhado singular de humilhações e esperanças ligado a este quadro se tornasse matéria central no romance brasileiro, que em boa parte se pode estudar como apresentação e aprofundamento dos dilemas correspondentes. Seja como for, é na relação com esta forma específica de desvalimento que a volubilidade cobra relevo pleno. Isto porque é percebida e se percebe como poder social, que reserva ao outro, enquanto possibilidades reais, tanto a sorte grande da cooptação (aqui, o casamento desigual) como a humilhação do dependente ou a indiferença moderna em face do concidadão (que entretanto não é cidadão deveras e não tem meios de sobreviver). O leque dos destinos disponíveis, de amplitude vertiginosa e catastrófica para a parte pobre, é, para a parte proprietária, o campo das opções oferecidas ao exercício do capricho. Ante tamanha desproporção é claro que este último desenvolve um sentido exaltado de si e da própria relevância, que o faz brilhar em toda linha. Reciprocamente, é na relação com a procura desordenada de supremacias imaginárias, e com o seu poder efetivo, que a desproteção dos pobres aparece na sua dimensão exata.

Alguns dias depois de colher o primeiro beijo de Eugênia, o rapaz lembra do pai, das obrigações de carreira, da constituição, do cavalo etc, e resolve descer da Tijuca para o Rio. O sinal é dado por uma voz interior, que lhe cochicha palavras da Escritura ("Levante e entra na cidade", Act. IX, 7). Brás entende o conselho divino a seu modo, concluindo que cidade no caso seria a

1. Antonio Candido fixou a importância deste quadro para a compreensão do romance brasileiro (cf. "Dialética da Malandragem", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 8, São Paulo, 1970). Para análise sociológica da situação, ver Maria Sylvania de Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo, IEB, 1969.

capital e que era tempo de escapar à moça. Onde o Paulo bíblico se *convertera* de flagelo em apóstolo dos cristãos, o seu êmulo brasileiro se desconvertia da tentação esclarecida, para fazer finca-pé na iniquidade oligárquica. Lembra os preceitos ouvidos do pai: "é preciso continuar o nosso nome, continuá-lo e ilustrá-lo ainda mais. (...) Temê a obscuridade, Brás; foge do que é ínfimo. Olha que os homens valem por diferentes modos, e que o mais seguro de todos é valer pela opinião dos outros homens. Não estragues as vantagens de tua posição, os teus meios..." (cap. XXVIII).

Qual o sentido desta conduta? No que tange à intriga, o episódio termina sem maiores desdobramentos ou revelações, com a partida do rapaz. Um final rigorosamente comum, que não podia ser mais apagado, nem mais característico. O efeito crítico está na frustração do desejo romanesco do leitor (já que Eugênia, conhecendo o quadro, abafa o sentimento e sai de cena em silêncio). Dada a assimetria destas relações, em que, pela razão exposta, a parte pobre não é ninguém, tudo está na decisão da parte proprietária, a que não há nada que acrescentar. Deste ponto de vista, a fabulação reduzida expressa uma correlação de forças, e reitera a face taciturna do poder. Contudo, nem por isso os Direitos do Homem e o século XIX deixam de existir. As possibilidades que Brás recusa na prática e portanto exclui do enredo estão vivas em seu espírito de indivíduo moderno, onde se recompõem segundo a situação. Basta juntar ao episódio, em si corriqueiro, porém com feição de classe bem definida, as repercussões morais que logicamente lhe correspondem no âmbito do *homem superior* — aquele que se encontra no pólo dominante da relação — e veremos surgir um retrato social de eloquência sem paralelo na literatura brasileira.

O idílio transcorre sob o signo de quatro borboletas. A primeira, um símile das imaginações vadias do rapaz, anuncia o tema. A segunda, toda em ouro e diamantes (insinuação?), foi posta no pensamento de Eugênia pelas cortesias do moço rico. A terceira é grande e preta, e entra na varanda em que estão reunidos Dona Eusébia e o par de jovens. A boa senhora e a filha ficam assustadas, talvez por superstição, propondo ao doutor o prazer de se sen-

tir forte e filósofo, enquanto espanta o inseto com um lenço. Na mesma tarde, cruzando com a moça, Brás nota que ela o cumprimenta de igual para igual. Ele supõe que alguns passos adiante ela voltará a cabeça para olhá-lo, coisa que não sucede. A decepção não deixa de irritar e forma o contexto em que se compreende a quarta borboleta, também ela grande e negra, aparecida no quarto do rapaz no dia seguinte. Inicialmente o bichinho é bem recebido, pois recorda a cena da manhã anterior, com os modos bonitos da menina, que tratava de esconder o susto, e sobretudo com o papel superior que tocara ao cavalheiro. Em seguida a borboleta muda de significado, talvez porque se deixa ficar e continua a mover as asas de modo brando. Para Brás ela agora representa a persistência da mocinha na lembrança, além da falta do gesto subalterno, que já ontem causara aborrecimento. Brás sente "um repelão dos nervos" — forma aguda de volubilidade — e mediante uma toalhada acaba com o assunto.

A brutalidade da conclusão prefigura o desenlace do idílio, que naquela altura mal começava. Aplicada a um ser inofensivo, a pancada mortal desnuda um aspecto — metodicamente aleatório — da dominação de classe. O conteúdo da relação social é estendido à relação com a natureza: a dignidade *natural* (ou cidadã) de Eugênia, que não traz o vinco da subordinação à oligarquia, torna odiosa a espontaneidade em qualquer plano, inclusive o das borboletas. E como a natureza existe também dentro de nós, é certo que além do inseto e da moça a pancada visava, no interior do próprio Brás, o respeito espontâneo pelo valor do próximo.

Nesta altura, o leitor das *Memórias* não deixou de notar que omitimos uma particularidade decisiva do episódio, aquela em que vai se fixar o principal das reações de Brás: o defeito físico de Eugênia. Com efeito, além de bastarda e sem posses, a menina é coxa. Observe-se todavia que o rapaz não se dá conta do defeito senão tarde, quando a dignidade da criatura pobre já o havia incomodado ao ponto de fazer que ele a abatesse em efígie. Noutras palavras, a lógica e o desfecho do episódio fixaram-se em função de inferioridades *sociais*, e a imperfeição *natural* superveniente não afeta a marcha da situação. Não obstante, será ela, a inferioridade física, o pivô das cogitações do moço. Este despejará

sobre a deformidade natural os maus sentimentos que lhe inspira o desnível de classe, e, mais importante, verá a iniquidade social pelo prisma sem culpa e sem remédio dos desacertos da natureza.

Como entender esta substituição? Genericamente, a naturalização de relações históricas serve ao conservadorismo. A sua oportunidade no caso é patente, já que a situação social da moça é um problema de consciência para o rapaz, ao passo que o defeito físico é um dado definitivo e, neste sentido, confortador. As coisas porém são mais enredadas, pois é claro que a perna defeituosa tampouco impediria Eugênia de ser uma esposa perfeita. Assim, além de não ser a verdadeira, a razão alegada não convence, e firma o clima de desconversa e desculpa esfarrapada, no limite do acinte, que é central para a grosseria — estudada ao extremo — destes capítulos. A explicação escarninha, que não pretende justificar nada e antes quer significar a realidade da força, é aqui um elemento de baixeza entre outros. De fato, a dezena de páginas em que figura Eugênia, a única personagem direita do livro, constitui um minucioso exercício de conspurcação. A crueldade é tanta, tão deliberada e detalhista, que dificilmente o leitor a assimila em toda a sua extensão. É como se o caráter extremado destas passagens impedisse a sua estranheza de ser percebida. Tratemos de não reduzi-la ao caso psicológico — a parte de sadismo é clara — e vejamos nela um desdobramento verossímil da ordem social que procuramos caracterizar. São as coordenadas do conflito social que dão transparência e integridade artística aos desmandos do protagonista narrador.

Já mencionamos a leitura pejorativa de uma expressão tão cândida como "a flor da moita". Um capítulo vizinho chama-se "coxa de nascença". Outra falta de caridade. Quando jura, "pela coxa de Diana", que não pensava fazer mal a Eugênia, Brás evidentemente procura ser excessivo, e até inexcedível. Em todos os casos está em jogo o direito da moça, e, através dele, o respeito à visão ilustrado-romântico-liberal do indivíduo, que o protagonista vai ofender com exasperada deliberação. Não por satanismo (ainda que estas páginas dependam de Baudelaire), e sim por ser um membro comum da camada dominante brasileira, que tinha naquela visão a sua

referência obrigatória, conhecendo embora a sua irreabilidade local e vivendo esta contradição como um destino e uma permanente irritação. O desprate chega ao paroxismo no capítulo dirigido "A uma alma sensível", onde o cinismo de Brás abruptamente se volta contra o leitor e passa à agressão direta, mandando que limpe os óculos — "que isto às vezes é dos óculos" — presumivelmente embaciados de lágrimas inúteis, derramadas sobre o destino da boa Eugênia. Assim, a exorcização do sentimentalismo liberal e o chamado à realidade do privilégio completam-se na passagem às vias de fato contra o leitor, obrigado a sentir na própria pele o aspecto ultrajante da volubilidade narrativa e da forma de poder que lhe serve de mola.

"Palavra que o olhar de Eugênia não era coxo, mas direito, perfeitamente são" (cap. XXXII). A malícia da frase está na jura inicial, que faz supor o leitor acanhado (*mon semblable, mon frère*), avesso a imaginar que um defeito na perna não se acompanhe de uma diminuição da pessoa. Esta suposição de cumplicidade tem propósito insultuoso, em que aliás se explicita o caráter agressivo das inúmeras familiaridades tomadas com o público ao longo do livro. Contudo, atentando bem, notaremos que a jura não se destina somente a persuadir a platéia. Ela é dita também para dentro, quando então expressa mais *embaraço* que surpresa, e funciona como uma interjeição interior. Por que seria importuno o espírito de Eugênia não se mostrar inferiorizado? O parágrafo seguinte começa por uma exclamação análoga, desenvolvendo a outra: "O peor é que era coxa". Peor designa um inconveniente maior que os demais — enumerado logo a seguir: "Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril" (XXXIII). Estas prendas, que são o que retém o rapaz, transformaram-se em negativo naturalmente por pertencerem a uma criatura pobre e por criarem um impasse moral e sentimental para o filho-família. Retenhamos três pontos: a) o fundo da questão é mesmo de classe, e o defeito físico não passa de um acréscimo, que lhe serve de álibi; b) no contexto da dominação de classe, os trunfos humanos dos inferiores são vistos como outros tantos infortúnios; c) a conveniência momentânea da personagem volúvel é ideologicamente produtiva e en-

gendra modos de ver e dizer que a expressam com precisão, sendo embora dispartes à luz de um critério esclarecido. Este terceiro ponto exemplifica-se uma frase depois: "Por que bonita, se coxa? por que coxa, se bonita?" Noutras palavras, se o universo fosse ordenado razoavelmente, moças coxas (pobres) não seriam bonitas, e moças bonitas não seriam coxas (pobres). Trata-se de harmonia universal, mas concebida a partir da mais imediata conveniência particular, com supressão dos demais pontos de vista, e, sobretudo, sem supressão da dominação de classe.

Que pensar deste festival de maldades? Ele prossegue no plano da linguagem, cuja finalidade narrativa e expositiva periodicamente cede o passo à intenção primária de humilhar. Aqui e ali, sem razão de ser precisa e como pura contribuição escarminha ao clima geral, encaixam-se a palavra "pé" e noções conexas. Assim, Brás está *ao pé* de Eugênia, que está *ao pé* dele, além de haver uma *coxa de Diana* e uma *Vênus Manca*, bem como um sem número de *pés* propriamente ditos, *botas*, *sapateiros*, *calos*, *pernas que manquejam* e, por fim, uma tragédia humana que pode ser *pateada*. Ao todo, em poucas páginas, são mais de trinta alusões desta espécie duvidosa, dezessete concentradas no curto capítulo XXXVI, intitulado "A propósito de botas". O procedimento é brutalizado e simplório, sem prejuízo da sutileza extrema do contexto: digamos que Machado tentava a sublimação da chalaça. De fato, como consequência da repetição, o desejo de tripudiar vai expondo novos perfis. Inicialmente tratava-se de soterrar, embaixo de remoques, a moça e o que ela significa. Por outro lado, a baixeza ostensiva das alusões é também um modo de vexar o leitor e realçar a própria impunidade. Enfim, o encarniçamento em que o processo culmina, com acintes quase a cada linha, deixa ver a necessidade em que se encontra Brás de aniquilar a "alma sensível" dentro dele mesmo. Tudo somado, a tendência é para espezinhar as formas de espontaneidade que fujam à ordem da oligarquia, isto nas personagens, no leitor e no próprio narrador, quer dizer em toda parte.

"Pois um golpe de toalha rematou a aventura" (XXXI). Com esta frase cortante, Brás recorda o episódio da borboleta preta, cujo conteúdo social pro-

curamos analisar. Pouco adiante, o capítulo dedicado "A uma alma sensível" conclui de forma comparável: "— e acabemos de uma vez com esta flor da moita". Noutros passos do livro, anteriores ou posteriores, onde o assunto e clima são diferentes, encontraremos sob inúmeras formas o mesmo gesto terminante, pondo fim ao parágrafo ou capítulo, ou dando um basta a uma aspiração ou veleidade qualquer. Lembrando os escrúpulos da necessitada Dona Plácida, vencidos por uma quantia que ele mesmo providenciara, considera o Cubas: "Foi assim que lhe acabou o nojo" (LXX). Às folhas das árvores, que, como tudo neste mundo, não são eternas: "Heis de cair" (LXXI). Encerrando as reflexões sobre a morte de sua mãe: "Triste capítulo; passemos a outro mais alegre" (XXIII). Em todos esses finais há um eco ou prenúncio, atenuado ou não, da pancada assestada em Eugênia. Virtualidades e direitos do indivíduo, sobretudo na figura da espontaneidade que levanta vôo, vêm exaltados pelo espírito do tempo. Atalhá-los requer um instante de determinação nefasta — o "repelão dos nervos" que permite ao namorado abater o inseto. A recorrência subjetiva da barbárie é o preço da reassertão do arbítrio escravista e clientelista em pleno século liberal, reassertão por outro lado que nada tem de extraordinário, e faz parte da necessidade e rotina da vida brasileira. O gosto pelo truncamento dos direitos e das aspirações individuais, visto como frioleiras, o que nas circunstâncias não deixava também de ser verdade, é uma constante cíclica da prosa e está transformado em vezo de linguagem, um tique de irritação e impaciência diante de veleidades que não podem ser. Este encontra-se disseminado pelo romance, generalizando em forma de clima narrativo o resultado ideológico de uma estruturação social, transposta igualmente no diagrama dramático dos episódios. Aí outro fator da unidade tão poderosa do livro, a que entretanto não cabe, salvo por sarcasmo machadiano, dar o nome de harmonia. Brás encerrava um primeiro ciclo de vida e lhe dava o balanço, quando encontra Eugênia — donde o relevo especial da passagem. A tônica de infância e juventude havia estado nas tropelias de menino rico a quem tudo é permitido. A estada européia, sob o signo igualmente da incosequência, fez dele um homem

educado: "Colhi de todas as cousas a fraseologia, a casca, a ornamentação". A morte da mãe o traz de volta ao Rio e, sobretudo, à "fragilidade das cousas". O doutor refugia-se na Tijuca, para meditar a vida, a morte e a vacuidade de sua existência anterior. Em face do nada, como ficam os caprichos da vontade e a procura — exterior apenas — das novas aparências européias? Sobre fundo de crise, a simpatia por Eugênia será uma hipótese de transformação. Para apreciá-la devidamente é preciso detalhar as alternativas que a precedem.

Aos sete dias Brás está farto de "solidão" e ansioso por voltar ao "bulfício". O passo alude aos trechos pascalinos sobre a necessidade que tem o homem de se distrair de si mesmo. No caso do brasileiro, contudo, os termos do dilema são cristãos, e sua substância define uma alternativa interior ao privilégio de classe. Do lado do bulfício, as vantagens sociais visíveis a que uma família importante dá acesso: figuração política, brilho mundano, vida civilizada e novidadeira. Do lado da solidão, assentada também sobre a riqueza, "viver como um urso, que sou": caçar, dormir, ler e não fazer nada, auxiliado por um moleque. Lá falta o *mérito*, aqui o *trabalho*. Aqui como lá falta o valor do indivíduo, única justificação para a diferença social (do ponto de vista da norma burguesa, cuja vigência está atestada no caráter satírico do retrato).

O pai Cubas, partidário da vida brilhante, procura atrair o filho a um bom casamento e a um lugar na Câmara dos Deputados, benefícios que vinham juntos, dada a influência política do futuro sogro. A frivolidade do arranjo ressalta duas vezes: uma pelo contraste com a morte ainda próxima (ângulo metafísico); a outra pelo esvaziamento da dimensão individual, isto é, moderna, de casamento e política, subordinados ao sistema de patrocínio e troca de favores (ângulo histórico). Assim, a vida carece de sentido porque no horizonte está o nada, ou também porque o seu horizonte é a organização social brasileira. As duas razões estão presentes na tendência misantrópica de Brás, onde se acompanham de uma terceira. "Apertava ao peito a minha dor taciturna, com uma sensação única, uma cousa a que se poderia chamar volúpia do aborrecimento." Descrença e renúncia no caso incluem uma parte de desdém pelos papéis ridículos a que a sociedade forçava um moço atua-

lizado. Num lance de muita audácia, característico de sua capacidade de adaptação inventiva, Machado formulava com palavras do tédio baudelairiano a melancolia e satisfação do ricoço brasileiro em face de suas perspectivas: "Volúpia do aborrecimento (...) uma das sensações mais subtis desse mundo e daquele tempo". É claro porém que o Cubas spleenético não é menos arbitrário nem menos proprietário que o Cubas desejoso de ser ministro. O vaivém entre "hipocondria" e "amor da nomeada", entre apatia e bulfício, faces complementares da mesma experiência de classe, aponta para a equivalência daqueles opostos e é um dos movimentos capitais do livro. Participar ou não do brilho sem sentido da Corte, ou, mais genericamente, do setor europeizante da sociedade ("a fraseologia, a casca"), eis a questão, em que naturalmente não se inclui o ser-ou-não-ser da prerrogativa social. Acresce que o relativo retiro e a recusa da comédia pública podem não significar escrúpulo ideológico, mas gozo mais desimpedido das vantagens da propriedade, liberta do constrangimento das idéias liberais. Em suma, na expressão do pai: "Não te deixes ficar aí inútil, obscuro e triste; não gastei dinheiro, cuidados, empenhos, para te não ver brilhar, como deves". Assim, quando não é inútil, Brás é desfrutável, e quando não é desfrutável, é inútil, empurrado de uma condição à outra pelos respectivos inconvenientes.

A vizinhança da morte sublinha ainda mais a inanidade desta alternativa e funciona como um apelo à regeneração. É onde entra o idílio com Eugênia, que promete uma transformação completa do protagonista. Valor e espontaneidade individual seriam reconhecidos, ou, generalizando, a iniquidade oligárquica abriria uma fresta à igualdade entre os humanos, particularmente entre proprietários e pobres com educação. Vimos porém o deslante furioso com que a personagem recusa este rumo, onde a latitude de seu capricho ficaria limitada, rumo cujo significado nacional e de classe procuramos indicar. Longe de trazer uma viravolta, portanto, o encontro com Eugênia consolida o regime do abuso, agravado agora pela transformação não-havida: uma peripécia em branco, se é possível dizer assim, depois da qual fica tudo como antes, e piorado. O perfil abstrato desta seqüência define o andamento

geral da narrativa: o anticlímax primeiro desnuda a nulidade prática das fantasias de liberalização voluntária, e depois expõe a insignificância, devida à mesma nulidade, da vida ulterior de Brás Cubas, que é a maior parte do livro. A norma liberal é tanto expectativa tola como ausência imperdoável. Esta inconseqüência tem efeito devastador, e expressa o beco ideológico em que se encontrava a fração pensante do país.

Anos depois, Brás admite casar com Nhã Loló, outra moça de situação inferior à dele. Como explicar a diferença, uma vez que o protagonista não mudou? Buscando subir, Nhã Loló estuda e advinha a vida elegante, e trata de "mascarar a inferioridade da (sua) família". No momento oportuno renega o pai, cujas afinidades populares dão vexame. "Este sentimento pareceu-me de grande elevação; era uma afinidade mais entre nós", recorda o noivo, decidido a "arrancar esta flor a este pântano". O problema portanto não estava no casamento desigual, admissível desde que reafirme o domínio dos proprietários. Inadmissíveis são a dignidade e o direito dos pobres, que restringiram o campo à arbitrariedade dos homens de bem. Observe-se ainda que a defesa da prerrogativa de classe é enérgica, mas não se acompanha de ideologia ou convicção da própria superioridade. Esta ausência de justificação consistente é quase simpática, pela vizinhança com a franqueza. De outro ângulo porém ela é parte de um apego cru e indiscriminado a quaisquer vantagens sociais, muito característico, desembaraçado das obrigações que mal ou bem uma autoimagem mais elaborada traria consigo.

Onde há ação, o episódio de Eugênia é uma obra-prima de técnica realista. Fabulação enxuta e parcimônia no detalhe, rigorosamente disciplinadas pela contradição social, produzem o andamento poético do grande romance oitocentista. Entretanto é fato que o conflito quase não tem prosseguimento, ou melhor, só tem prosseguimento fora do âmbito da intriga, nas cólicas morais da personagem e nas maldades expositivas do narrador. Com isto, subjetividade e escrita roubam o primeiro plano e prevalecem, quantitativamente, sobre a dimensão prática do antagonismo. É claro que esta proliferação permite ver em Machado uma ponta-de-lança da literatura pós-naturalista. Sem discordar, notemos que a proliferação subjetiva — ou seja, a vo-

lubilidade — aqui está enraizada em terreno social claro, de que ela é uma expressão capital. Deste ângulo, as soluções formais heterodoxas se podem ler como maneiras de aprofundar e radicalizar a exposição de um quadro prático definido. Assim, a desproporção entre brevidade e importância do episódio é um fato eloqüente de composição. Na verdade, Eugênia é a única figura estimável do livro: tem compreensão nítida das relações sociais, gosto de viver e firmeza moral — mas seu papel é pouco mais que uma ponta. É como se o arranjo da narrativa dissesse que no contexto da vida brasileira as melhores qualidades dos pobres serão truncadas e desperdiçadas, o que configura e passa em julgado uma tendência histórica. Vimos também que o conflito pouco se desdobra na prática, e muito na imaginação de Brás, *a quem cabe a última palavra*, aliás de injúria. A unilateralidade do procedimento é escandalosa, e tem o mérito de deslocar a perspectiva moralista. Em lugar da injustiça sofrida por Eugênia, que estaria no foco de um narrador eqüitativo, assistimos a seu reflexo na consciência do responsável ele mesmo, um membro conspícuo da classe dominante, cujo ponto de vista a narrativa adota de maneira maliciosamente incondicional. De entrada, a parcialidade narrativa põe fora de combate o sentimento moral, que diante da injustiça assumida não desaparece — pode até tornar-se mais estridente — mas perde a presunção de eficácia, e aparece como um prisma acanhado. Mais uma vez estamos em campo explorado por Baudelaire, amigo de fintas e mistificações literárias, concebidas como elemento de estratégia guerreira. Este gostava de tomar o partido do opressor, mas para desmascará-lo através do zelo excessivo, e também para humilhar/fustigar os oprimidos, em sua eventual passividade diante da opressão. Atrás deste narrador faccioso, que à primeira vista é revoltante, mas para o qual já não há substituto senão de outra facção, abre-se a cena moderna da luta social generalizada, a que não escapam os procedimentos narrativos.

Roberto Schwarz. Crítico literário e professor de Literatura na Unicamp.

Novos Estudos CEBRAP, São Paulo
n.º 17, pp. 38-44, maio 87
